

de articulação de rede, a fim de integrar às demais políticas e serviços na perspectiva da integralidade da atenção às pessoas idosas e em processo de envelhecimento.

6. Referenciais metodológicos

A superintendência da pessoa idosa, nesse período que segue, vem buscando apreender o processo de envelhecimento no estado do Rio de Janeiro, através das próprias ações desenvolvidas num processo de erro, acertos e aprendizagens e, na relação com seus pares, gestores e técnicos, sejam governamentais e/ou da sociedade civil. Assim, diante da execução de suas atividades nas três dimensões que conformam essa gestão estadual no campo do envelhecimento, quais sejam, a gestão da política estadual da pessoa idosa; controle social; e ações finalísticas têm sido possível traçar diretrizes práticas para orientar a elaboração, implementação e avaliação da política pública voltada ao envelhecimento ativo e saudável.

No âmbito das políticas para as pessoas idosas e o envelhecimento, a efetivação e eficácia da atuação na perspectiva da promoção e garantia dos direitos compreendem ações e estratégias que devem observar pertinência de imprimir um caráter integral e complementar sobre o atendimento e atenção às pessoas idosas, entre as diversas políticas a entes federados, mas, num processo de construção coletiva que considere as seguintes premissas as linhas de ação definidas na política estadual:

I - políticas sociais básicas;

II - serviços especiais de prevenção e combate à exclusão social da pessoa idosa, bem como às demais situações de vitimação;

III - proteção jurídico social por entidades de defesa dos direitos da pessoa idosa;

IV - ações educativas para conduzir as pessoas idosas e seus familiares a um processo de conhecimento das circunstâncias sócio psico culturais que envolvem a aposentadoria, e a uma reflexão sobre suas próprias condições de existência;

V - política de apoio à seguridade social e de complementaridade, de renda em concordância com a política previdenciária nacional, buscando assegurar um padrão mínimo de recursos, que possibilite ao aposentado satisfazer suas necessidades básicas e garantir sua independência;

VI - integração permanente dos setores governamentais (trabalho, previdência, saúde e ação social) com órgãos especializados do setor gerontológico e entidades da sociedade civil organizada, visando assimilar as informações sociais e econômicas que se relacionam ao trabalho e produção, e se interligam ao envelhecimento, velhice e seguridade social;

VII - eliminação de discriminações salariais empregatícias por motivo de idade e sexo;

VIII - parcerias com entidades e organizações governamentais e não governamentais de assistência social voltadas ao atendimento da pessoa idosa.” (Lei nº 6559, 2013)

Nesse sentido, a criação e/ou manutenção dos órgãos gestores das políticas para as pessoas idosas e o envelhecimento saudável em âmbito municipal pode ser baseada em referências metodológicas, algumas já citadas no presente documento, como: legislação e normativas; integração com outras políticas públicas, expressas em abordagem transversal e holística acerca do processo de envelhecimento; gestão participativa, através do fortalecimento dos Conselhos de Direito da Pessoa Idosa e do incentivo da pessoa idosa na formulação e monitoramento das políticas, da participação em fóruns e grupos de trabalho, assim como o compromisso com capacitações periódicas sobre a temática.

Um ponto verificável para a elaboração pretendida, diz respeito a atenção aos direcionamentos oferecidos por agências internacionais que tratam o envelhecimento ativo e saudável, uma vez que entre outros, contribuam para execução das políticas públicas, pois promovem redes de cooperação, capacitação e treinamento, e oferta de dados atualizados em um panorama ampliado que auxilia as construções locais.

A construção coletiva da política municipal da pessoa idosa e a elaboração e desenvolvimento do plano municipal contribuam para a consolidação de diretrizes para o envelhecimento ativo e saudável, a promoção da emancipação e autonomia da pessoa idosa e o fortalecimento do controle social. Destaca-se que o plano municipal se apresenta como uma estratégia metodológica, que mediante a definição clara de objetivos, metas, prazos e diretrizes orgamentárias integradas aos conselhos e seus fundos especiais respectivos garantem legitimidade e status de política pública conferindo institucionalidade às ações pretendidas. Dessa forma, é recomendável que sejam contempladas nesse projeto, ações que contribuam para a promoção da saúde, emancipação, autonomia, participação social e a segurança da população idosa. O proposto deve conferir continuidade às atividades descritas, a fim de que não sofra carência de sustentabilidade política, que segundo Teixeira (2010,p.134) apresenta-se quando durante o processo de implementação das ações não é possível garantir o apoio dos atores direta e/ou indiretamente envolvidos.

Ainda, perceber o território onde se desenvolvem as ações como elemento estratégico para o planejamento, auxilia a estruturar as atividades pensadas mediante a identificação de necessidades de intervenção, indicando áreas e grupos que exigem maior atenção, bem como indica o acesso aos recursos dispostos nesse espaço. Assim, sob a perspectiva do processo de envelhecimento, o território provocará as perguntas, através das demandas advindas dos aspectos que envolvem essa fase da vida, e oferecerá as respostas que subsidiarão a construção e fortalecimento de políticas públicas.

O aprimoramento das políticas públicas se dá através do registro e acompanhamento das ações, programas e serviços ofertados a fim de que todas as informações sejam sistematizadas e compiladas para o devido gerenciamento, objetivando que as tomadas de decisão estejam pautadas em dados e percepções provenientes de uma análise crítica. Para isto, convém lançar mão da utilização das bases de dados dos institutos oficiais de pesquisa e, sistematização de dados, informações, indicadores, aplicações, ferramentas e cadastros existentes, quais sejam, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas-IBGE, o Cadastro Único para Programas Sociais-CADÚNICO do governo federal, CECAD.2.0 e outros sistemas e aplicações da Rede SUAS e SUS.

É primordial que os gestores tenham acesso a indicadores precisos sobre as atividades realizadas em sua gestão, através do monitoramento constante das ações e programas executados no seu âmbito de atuação. Nesse diapasão, a avaliação é a forma eficaz de aprofundar o gerenciamento das informações coletadas e a medição da efetividade do que está sendo avaliado.

Consonantemente, o monitoramento e a avaliação são instrumentos valiosos na construção e aprimoramento das políticas públicas, pois proporciona uma continuidade na observação crítica, a verificação das metas e pactuações estabelecidas, concentrando os esforços na avaliação do desempenho dos programas e serviços.

Somente através do monitoramento imparcial e criterioso, haverá uma melhor compreensão sobre o desenvolvimento dos serviços analisados, uma medição aprofundada dos impactos das políticas executadas, capacitando os gestores para prover medidas de aprimoramento das ações ou corretivas para melhorar a sua operacionalização.

É crucial que sejam estabelecidos indicadores que meçam os recursos utilizados, as formas de utilização, as mudanças realizadas a partir das intervenções praticadas ao longo da execução das ações. Todos os indicadores coletados, sejam de âmbito qualitativo, como de caráter quantitativo, devem ser expostos de forma clara com vias a apreender todo painel de monitoramento visando uma apuração da configuração analisada e o aprimoramento de políticas públicas efetivas, permitindo assim, uma compreensão dos motivos pelos quais uma determinada ação é mantida e executada continuamente, sendo uma metodologia atrelada a representação pontual e específica.

Logo, compreende-se que o monitoramento e avaliação são ferramentas essenciais que averiguam o objetivo desejado, a sua lógica de atuação, os eixos que serão analisados, a forma de coleta dos dados, gerando uma análise conjuntural dos serviços ofertados, promovendo o aprimoramento de políticas públicas efetivas.

7. Controle Social

A implementação dos conselhos e fundos de defesa dos direitos da pessoa idosa, em cada esfera de governo, corrobora para o fortalecimento do controle social da política pública da pessoa idosa, haja vista, que parte do pressuposto de que são instrumentos de participação democrática e efetivação das ações governamentais. Os conselhos são instâncias essenciais à promoção dos direitos, à defesa e promoção da qualidade de vida da população idosa à medida em que delibera sobre a operacionalização da política. No entanto, a efetivação do controle social das políticas públicas voltadas para as pessoas idosas guarda os desafios da criação e ampliação dos espaços de participação, da implementação de estratégias informacionais e, principalmente, do estímulo à própria participação, que pode requerer um processo educativo pedagógico e sistemático.

Os fundos são uma unidade de captação de recursos financeiros, os recursos devem ser aplicados, estritamente, em ações, programas, projetos e atividades complementares voltadas ao atendimento da pessoa idosa sob a orientação e supervisão dos conselhos, por meio de um plano de aplicação de recursos, sendo instâncias exclusivas de deliberação sobre a referida aplicação.

Os conselhos e os fundos municipais de defesa dos direitos da pessoa idosa devem ser criados, por meio de lei municipal, em conformidade com as legislações federal e estadual de criação desses dispositivos, na respectiva esfera de governo e, preferencialmente, a depender da estrutura do ente federado, com vinculação ao órgão gestor responsável pela gestão da política pública para as pessoas idosas e o envelhecimento. Deverão, ainda, as gestões municipais comprometerem-se com o apoio institucional e técnico ao conselho municipal no cumprimento de suas funções, fomentando-as, zelando pela garantia dos direitos da pessoa idosa, articulando com órgãos públicos e entidades não governamentais, para a concretização da política da pessoa idosa.

A composição dos conselhos deverá ser paritária entre membros do governo e da sociedade civil estabelecendo a quantidade de representantes para órgãos públicos, cuja atuação esteja vinculada à política de atendimento à pessoa idosa; e para a esfera não governamental, entidades de atendimento direto, de defesa, de representação, de estudos e pesquisas e de promoção da socialização.

Outro importante instrumento de deliberação sobre a política da pessoa idosa, inclusive de definição das prioridades de atendimento das necessidades das pessoas idosas, as quais devem ser observadas na execução da política, são as conferências municipais, estadual e federal, que se constituem no fórum mais legítimo para discussão das ações implementadas, sendo assim, uma forma de acompanhamento e avaliação da execução da política da pessoa idosa.

8. Bibliografia

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. Pacto Nacional de Implementação dos Direitos da Pessoa Idosa. Compromisso da Década do Envelhecimento 2020-2030. 28 jun. 2021. Disponível em:<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-idosa/CARTILHA_PACTO_ENVELHECIMENTO_pdf>. Acesso em: 9 out. 2023.

Brasil. (2019b). Decreto n.º 9.921, de 18 de julho de 2019. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática da pessoa idosa. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9921.htm. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 jul. Acesso em: 30 de set. 2023.

BRASIL. [Estatuto do idoso (2003)]. Legislação sobre o idoso: Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do idoso) e legislação correlata [recurso eletrônico]. 3. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2013. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidadesocial-e-ambiental/acessibilidade/legislacao-pdf/Lei%20sdo.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 jan. 1994. p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8842.htm>. Acesso em: 30 set. 2023.

Brasil. Tribunal de Contas da União. Política pública em dez passos / Tribunal de Contas da União. - Brasília: Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex); Secretaria de Orientação, Métodos, Informações e Inteligência para o CE e o Combate à Corrupção (Soma), 2021. 32 p.: il. color. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br>. Acesso em: 05 fev. 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca/brasil>. Acesso em, 10 dez. 2024.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei nº 6559 de 16 de outubro de 2013. Institui a Política Estadual do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/rj/lei-ordinaria-n-6559-2013-rio-de-janeiro-institui-a-politica-estadual-do-idoso-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 29 set. 2023.

RIO DE JANEIRO. CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA; SECRETARIA DE ESTADO INTERGERACIONAL DE JUVENTUDE E ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL; MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Cartilha: Direitos da pessoa idosa. 1. ed. Rio de Janeiro. 2024. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1GZZAHl2ejqFII9s-GTuYNF-keAWw4lfw/view?usp=sharing>. Acesso em: 19 mar. 2025.

TEIXEIRA, Carmen Fontes.Planejamento em saúde: conceitos, métodos e experiências. Salvador: EDUFBA, 2010.<http://repositorio.asces.edu.br/handle/123456789/1289>

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 2025

ALEXANDRE ISQUIERDO

Secretário de Estado Intergeralcional de Juventude e Envelhecimento Saudável

Id: 2641827

Secretaria de Estado das Cidades

SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES

DESPACHO DO SECRETÁRIO

DE 15/04/2025

PROCESSO Nº SEI-510001/000845/2024 - Nos termos do inciso IV, Art. 71, da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e dos incisos VII e VIII, Art. 33, do Decreto nº 48.650 de 23 de agosto de 2023, **HOMOLOGO** o procedimento licitatório, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO E EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE PONTE VIRGÍNIA LANE, EM PIABETÁ, 6º DISTRITO DE MAGÉ/RJ, e ADJUDICO em favor da empresa CIVILPORT ENGENHARIA LTDA. (CNPJ nº 30.832.786/0001-74), com valor total de R\$ 5.333.888,67 (cinco milhões, trezentos e trinta e três mil, oitocentos e oitenta e oito reais e sessenta e sete centavos).

Id: 2641448

Secretaria de Estado de Defesa do Consumidor

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

AUTARQUIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PRIMEIRA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA JULGADORA

DESPACHOS DA DIRETORIA JURÍDICA

DE 15/04/2025

PROCESSO Nº SEI-E-15/003/914/2018 - SUPERMERCADOS FEIRA NOVA LTDA - ALLAN DE MOURA SILVA ROSÁRIO, OAB/RJ nº 220.528. **NOTIFICO** o fornecedor sobre a nulidade atos processuais a partir da decisão de fls. 36 doc. sei 51860225 e ARQUIVAMENTO do presente processo. Tendo em vista a tramitação eletrônica do processo, o acesso aos autos ou eventuais petições deverão ser realizados através da plataforma <https://portalsei.rj.gov.br/>

PROCESSO Nº SEI-E-15/003/242/2017 - COMPRE MAIS AUTO SER-VICO LTDA - Allan Rosário, OAB/RJ nº 220.528. **NOTIFICO** o fornecedor sobre a nulidade atos processuais a partir da decisão de fls. 32 doc. sei 47764028 e ARQUIVAMENTO do presente processo. Tendo em vista a tramitação eletrônica do processo, o acesso aos autos ou eventuais peticionamentos deverão ser realizados através da plataforma <https://portalsei.rj.gov.br/>

PROCESSO Nº SEI-240002/000993/2022 - MULTI PARATY MERCADO LTDA - ALESSANDRO CARRACENA, OAB/RJ nº 159.395 **HOMOLOGO** a manifestação da Assessoria Jurídica, que passa a integrar a presente decisão. MANTENHO a sanção pecuniária aplicada, RETIFICANDO seu valor. Dessa forma, fica(m) intimada(s) a(s) empresa(s) supracitada(s) para o pagamento da multa fixada nos autos do(s) processo(s) epigrafado(s), no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente publicação, sob pena de elaboração da nota de débito e consequente inscrição do débito em Dívida Ativa do Estado do RJ, consoante o disposto no artigo 45 da Lei Estadual nº.: 6.007 / 2011. Por fim, caso ocorra o pagamento no prazo máximo de 15 (quinze) dias depois de publicada esta decisão, o fornecedor terá 5% (cinco por cento) de desconto no valor da multa, na forma do art. 39, III da Lei Estadual nº 6.007/11. Tendo em vista a tramitação eletrônica do processo, o acesso aos autos ou eventuais peticionamentos deverão ser realizados através da plataforma <https://portalsei.rj.gov.br/>

PROCESSO Nº SEI-240002/001247/2022 - SUPERVIA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S.A. - EM RECURSAÇÃO JUDICIAL **ANULO** a decisão da autoridade de 1ª instância, constante em doc.sei 84309410, retornando os autos autos à Primeira Instância Administrativa Julgadora para parecer e prosseguimento do feito. Tendo em vista a tramitação eletrônica do processo, o acesso aos autos ou eventuais peticionamentos deverão ser realizados através da plataforma <https://portalsei.rj.gov.br/>

Id: 2641823

Procuradoria Geral do Estado

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

COORDENADORIA DO SISTEMA JURÍDICO (PG-15)

ATO DO PROCURADOR CHEFE

PORTARIA PGE/PG-15 Nº 07 DE 10 DE ABRIL DE 2025

ALTERA DISPOSITIVOS DAS MINUTAS-PADRÃO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO (RESOLUÇÕES PGE Nº 5.146/2024, 5.137/2024 E 5.144/2024); DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS (RESOLUÇÕES PGE Nº 5.162/2024, 5.155/2024 E 5.156/2024); DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE BENS, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA (RESOLUÇÕES PGE Nº 5.028/2024, 5.030/2024 E 5.029/2024); DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA (RESOLUÇÃO PGE Nº 5.084/2024) E DE CONTRATO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA (RESOLUÇÃO PGE Nº 5.072/2024), NA FORMA QUE MENCIONA.

O PROCURADOR-CHEFE DA COORDENADORIA DO SISTEMA JURÍDICO (PG-15) DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e nos termos da delegação de competência exarada pelo Exmo. Procurador-Geral do Estado na Resolução PGE nº 4.516, de 20 de fevereiro de 2020, alterada pela Resolução PGE nº 5.042, de 30 de janeiro de 2024, tendo em vista o que consta no processo administrativo nº SEI-140001/017835/2025, e

CONSIDERANDO:

- caber à Procuradoria Geral do Estado a supervisão dos serviços jurídicos da Administração Direta e Indireta no âmbito do Poder Executivo (Constituição Estadual, art. 176);

- que a elaboração de minutas-padrão não exime os órgãos de consultarem a Procuradoria Geral do Estado, se assim o assunto exigir, nos termos do artigo 4º, inciso III, da Lei nº 5.414, de 19 de março de 2009 c/c o artigo 3º, inciso VII, do Decreto nº 40.500, de 01 de janeiro de 2007; e

- a necessidade de periódica atualização das minutas-padrão;

RESOLVE:

Art. 1º - As minutas-padrão abaixo relacionadas são objeto de alteração por meio desta Portaria:

I - pregão eletrônico de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, aprovada pela Resolução PGE nº 5.137, de 29.10.2024;

II - pregão eletrônico de prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra e serviços comuns de engenharia, aprovada pela Resolução PGE nº 5.144, de 12.11.2024;

III - pregão eletrônico de aquisição de bens, aprovada pela Resolução PGE nº 5.146, de 27.11.2024;

IV - pregão eletrônico para registro de preços de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, aprovada pela Resolução PGE nº 5.155, de 12.12.2024;

V - pregão eletrônico para registro de preços de prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra e serviços comuns de engenharia, aprovada pela Resolução PGE nº 5.156, de 13.12.2024;

VI - pregão eletrônico para registro de preços de aquisição de bens, aprovada pela Resolução PGE nº 5.161, de 18.12.2024;

VII - concorrência eletrônica de obras e serviços de engenharia, aprovada pela Resolução PGE nº 5.084, de 29.04.2024, alterada pela Portaria PGE/PG-15 nº 6, de 20.12.2024;

VIII - contrato de aquisição, aprovada pela Resolução PGE nº 5.028, de 04.01.2024, alterada pela Portaria PGE/PG-15 nº 1, de 04.09.2024;

IX - contrato de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra, aprovada pela Resolução PGE nº 5.029, de 04.01.2024, alterada pela Portaria PGE/PG-15 nº 3, de 06.09.2024;

X - contrato de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, aprovada pela Resolução PGE nº 5.030, de 04.01.2024, alterada pela Portaria PGE/PG-15 nº 4, de 06.09.2024;

XI - contrato de obras e serviços de engenharia, aprovada pela Resolução PGE nº 5.072, de 04.01.2024, alterada pela Portaria PGE/PG-15 nº 2, de 06.09.2024.

Art. 2º - Ficam alteradas as minutas-padrão:

I - mencionadas no art. 1º, incisos I, II, III, IV, V e VI, passando as disposições abaixo a vigorar com a seguinte redação:

ção:

1.1 (...)

NOTA EXPLICATIVA:

Conforme art. 6º, XIII e XLI, da Lei nº 14.133/2021, a modalidade pregão será utilizada para aquisição de bens e serviços comuns, entendidos como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. Na hipótese de licitação em lotes, o item 1.1 deverá ser acrescido de tantos subitens quantos forem os lotes, de modo a identificar precisamente o objeto da licitação, tal como previsto na sugestão de redação a seguir reproduzida:

X. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

X.8 (...)

NOTA EXPLICATIVA:

O intervalo dos lances intermediários deverá guardar proporcionalidade com o valor total e a complexidade do objeto da licitação, devendo ser motivado na fase preparatória.

X. DA FASE DE JULGAMENTO

X.1.4 O Pregoeiro designará prazo ao licitante mais bem classificado de, no mínimo 2 (duas) horas, compatível com a complexidade do objeto, para que envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

X. EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAIS

X.1 O modelo de gestão e a fiscalização, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento se submetem ao disposto no Termo de Referência anexo a este Edital, na forma do Decreto nº 48.817/2023.

X.1.1 O regime de contratação/execução será de (art. 6º,, da Lei nº 14.133/2021).

II - mencionada no art. 1º, inciso I, passando os dispositivos abaixo a vigorar com a seguinte redação:

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$

<OU>

- Orçamento de caráter sigiloso, na forma do art. 24 da Lei nº 14.133/2021

NOTA EXPLICATIVA:

Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação, sendo vedada a adoção de orçamento de caráter sigiloso.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia .../.../..... às ...h (horário de Brasília)

NOTA EXPLICATIVA:

Os prazos mínimos para a apresentação das propostas e lances, contados a partir do 1º dia útil da data de divulgação do edital de licitação no PNCP, serão de 10 (dez) dias úteis, no caso de serviços comuns. (Art. 55, II, a, da Lei nº 14.133/2021).

15.2 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

a) para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo Contrato;

17.2.2.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, na forma do art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021, e conforme o procedimento previsto no item 17.13.

III - mencionadas no art. 1º, incisos II, III, V, VI e VII, passando a Nota Explicativa abaixo a vigorar com a seguinte redação:

X. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

X.X.10 sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

NOTA EXPLICATIVA:

O gestor deverá verificar a compatibilidade do objeto licitado com a participação de cooperativas, observados o art. 16 da Lei nº 14.133/2021 e as demais normas aplicáveis, e, caso sejam incompatíveis, utilizar o item X.X.10 e eliminar as demais menções a cooperativas.

IV - mencionada no art. 1º, inciso III, passando os dispositivos abaixo a vigorar com a seguinte redação:

10.7.1 (...)

NOTA EXPLICATIVA:

O art. 25, §4º, da Lei nº 14.133/2021 estabelece a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade para fornecimento de grande vulto, no prazo de 6 (seis) meses contados da celebração do contrato. Atualmente, a Lei estadual nº 7.753/2017 estabelece a necessidade de Programa de Integridade a ser implantando no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da celebração do contrato.

Assim, recomenda-se que, na hipótese de fornecimento de bens de grande vulto, o prazo de 180 (cento e oitenta) dias previsto no subitem 10.7.1 seja substituído por 6 (seis) meses, de modo a seguir o critério previsto no art. 25, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

13.10 Caso o Edital admita a subcontratação, os pagamentos aos subcontratados serão realizados diretamente pelo contratado, ficando vedada a emissão de empenho do contratante diretamente aos subcontratados.

Anexo - Documentação Exigida para Habilitação

(...)

5.1.5 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução do objeto;

(...)

5.2 Não será admitida participação de cooperativas de trabalho:

a) de serviços; ou

b) cujos atos constitutivos não definam com precisão a natureza dos objetos que se propõem a executar.

V - mencionadas no art. 1º, incisos II e IX, passando a Nota Explicativa dos itens 10.7.1 e 9.1.21.1, respectivamente, a vigorar com a seguinte redação:

X.X.1 (...)

NOTA EXPLICATIVA:

O art. 25, §4º, da Lei nº 14.133/2021 estabelece a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade para serviços de grande vulto, no prazo de 6 (seis) meses contados da celebração do contrato. Atualmente, a Lei estadual nº 7.753/2017 estabelece a necessidade de Programa de Integridade a ser implantando no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da celebração do contrato.

Assim, recomenda-se que, na hipótese de prestação de serviços de grande vulto, o prazo de 180 (cento e oitenta) dias

previsto no subitem X.X.1 seja substituído por 6 (seis) meses, de modo a seguir o critério previsto no art. 25, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

VI - mencionadas no art. 1º, incisos I, II, IV, V, IX, X e XI, passando os dispositivos abaixo a vigorar com a seguinte redação:

X. PAGAMENTO

X.1X Caso o Edital admita a subcontratação, os pagamentos aos subcontratados serão realizados diretamente pelo contratado, ficando vedada a emissão de empenho do contratante diretamente aos subcontratados.

X.1X.1 A subcontratação porventura realizada será integralmente custeada pelo contratado.

NOTA EXPLICATIVA:

Caso o edital contenha exigência de que o contratado subcontrate microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do art. 48, II, da Lei Complementar nº 123/2006, deverá ser excluído o subitem X.1X.1 e adotada a seguinte redação para o item X.1X:

X.1X Caso o Edital admita a subcontratação, os pagamentos aos subcontratados serão realizados diretamente pelo contratado, exceto em relação às parcelas subcontratadas a microempresas e empresas de pequeno porte, caso em que o contratante poderá destinar a emissão de empenho e os pagamentos diretamente a esses subcontratados, na forma do art. 48, § 2º, da Lei Complementar nº 123/2006.

VII - mencionadas no art. 1º, incisos II e V, com a exclusão dos itens 14.2 e 14.3 e 17.2 e 17.3, respectivamente, passando o seguinte dispositivo e a respectiva Nota Explicativa a vigorar com a seguinte redação:

X.2 O prazo de vigência do Contrato poderá ser prorrogado, sucessivamente, até o máximo de 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que observadas as condições previstas no Contrato, e mediante a celebração de termo aditivo.

<OU>

O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, sem prejuízo da formalização adequada, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento e no Contrato.

NOTA EXPLICATIVA:

Adotar a primeira redação nos casos de serviço contínuo e a segunda redação nos casos de serviço por escopo. O enquadramento do serviço como contínuo ou por escopo deve estar indicado e justificado no processo da contratação.

VIII - mencionadas no art. 1º, incisos I, II e III, passando a disposição abaixo a vigorar com a seguinte redação:

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

(...)

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência

Anexo II - Minuta de Termo de Contrato

Anexo III - Estudo Técnico Preliminar

Anexo IV - Documentação exigida para Habilitação

Anexo V - Orçamento estimado

Anexo VI - Modelo de apresentação da proposta

Anexo VII - (...)

NOTA EXPLICATIVA:

Conforme o art. 48 do Decreto nº 48.816/2023, os anexos acima marcados em preto são obrigatórios, podendo haver, ainda, outros anexos necessários ou obrigatórios a depender do caso, que deverão ser acrescentados ao item.

Caso haja decisão motivada do gestor por atribuir sigilo ao orçamento estimado (art. 24 da Lei nº 14.133/2021), o respectivo Anexo deverá ser excluído.

(...)

IX - mencionadas no art. 1º, incisos IV, V e VI, passando a disposição abaixo a vigorar com a seguinte redação:

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

(...)

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência

Anexo II - Estudo Técnico Preliminar

Anexo III - Modelo de apresentação da proposta

Anexo IV - Documentação exigida para Habilitação

Anexo V - Orçamento estimado

Anexo VI - Relação dos Órgãos Participantes

Anexo VIII - Ata de Registro de Preços

Anexo IX - Minuta de Termo de Contrato

Anexo X - (...)

NOTA EXPLICATIVA:

Conforme o art. 48 do Decreto nº 48.816/2023, os anexos acima marcados em preto são obrigatórios, podendo haver, ainda, outros anexos necessários ou obrigatórios a depender do caso, que deverão ser acrescentados ao item.

Caso haja decisão motivada do gestor por atribuir sigilo ao orçamento estimado (art. 24 da Lei nº 14.133/2021), o respectivo Anexo deverá ser excluído. (...)

X - mencionada no art. 1º, inciso VI, passando o item 5.2 do Anexo - Documentação Exigida para Habilitação a vigorar com a seguinte redação:

5.2 Não será admitida participação de cooperativas de trabalho:

a) de serviços; ou

b) cujos atos constitutivos não definam com precisão a natureza dos objetos que se propõem a executar.

XI - mencionada no art. 1º, inciso VII, passando os itens abaixo a vigorar com a seguinte redação:

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

(...)

NOTA EXPLICATIVA:

Os prazos mínimos para a apresentação das propostas e lances, contados a partir do 1º dia útil da data de divulgação do edital de licitação no PNCP, serão de:

a) 10 (dez) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia;

b) 25 (vinte e cinco) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de obras e serviços especiais de engenharia;

c) 60 (sessenta) dias úteis, quando o regime de execução for de contratação integrada;

d) 35 (trinta e cinco) dias úteis, quando o regime de execução for o de contratação semi-integrada ou nas hipóteses não abrangidas pelas alíneas "a", "b" e "c" ou para licitação em que se adote o critério de julgamento de técnica e preço ou de melhor técnica ou conteúdo artístico.

5.3 (...)

NOTA EXPLICATIVA:

Caso se trate de contratação integrada, inserir os itens 5.4 e 5.5, com a renumeração dos subsequentes:

5.4 O licitante que ofertou a melhor proposta deverá apresentar o valor do lance vencedor distribuído pelas etapas do cronograma físico, definido no ato de convocação e compatível com o critério de aceitabilidade por etapas previsto no § 5º do art. 11 do Decreto nº 48.929/2024.

5.5 A proposta do licitante deverá conter, no mínimo, o mesmo nível de detalhamento do orçamento sintético estimado pela Administração.

NOTA EXPLICATIVA:

Caso se trate de contratação semi-integrada, inserir o item 5.4, com a renumeração dos subsequentes:

5.4 A proposta do licitante deverá conter, no mínimo, o mesmo nível de detalhamento do orçamento sintético estimado pela Administração.

7.1.4 O agente de contratação designará prazo ao licitante mais bem classificado de, no mínimo (.....) horas <OU> dias, compatível com a complexidade do objeto, para que envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

16.1 O modelo de gestão e a fiscalização, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento se submetem ao disposto no Projeto Básico <OU> Termo de Referência anexo a este Edital, na forma do Decreto nº 48.817/2023, bem como à CLÁUSULA TERCEIRA do Contrato (Anexo).

16.1.1 O regime de contratação/execução será de (art. 6º,, da Lei nº 14.133/2021).

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Projeto Básico <OU> Termo de Referência <OU> Projeto Executivo

Anexo II - Minuta de Termo de Contrato

Anexo III - Estudo Técnico Preliminar

Anexo IV - Documentação exigida para Habilitação

Anexo V - Orçamento estimado

Anexo VI - Planilha de custos unitários (orçamento de referência)

Anexo VII - Cronograma físico-financeiro

Anexo VIII - Modelo de apresentação da proposta

Anexo IX - Indicação das parcelas de maior relevância técnica

Anexo X - Eventuais anexos dos documentos supracitados

Anexo XI - (...)

NOTA EXPLICATIVA:

Conforme o art. 48 do Decreto nº 48.816/2023, os anexos acima marcados em preto são obrigatórios, podendo haver, ainda, outros anexos necessários ou obrigatórios a depender do caso, que deverão ser acrescentados ao item.

Caso haja decisão motivada do gestor por atribuir sigilo ao orçamento estimado (art. 24 da Lei nº 14.133/2021), o respectivo Anexo deverá ser excluído. (...)

XII - mencionada no art. 1º, inciso VIII, passando os dispositivos abaixo a vigorar com a seguinte redação:

1.1 O objeto do presente instrumento é a aquisição de <OU> o fornecimento contínuo de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e nos anexos deste Contrato.

6.1 O CONTRATANTE deverá pagar o preço ao CONTRATADO em (.....) parcela(s), conforme cronograma de pagamento em anexo <OU> sendo efetuadas mensal, sucessiva e diretamente, na conta corrente de titularidade do CONTRATADO a ser indicada, junto à instituição financeira contratada pelo Estado do Rio de Janeiro.

NOTA EXPLICATIVA:

Para os fins do presente contrato, instituição financeira contratada pelo Estado é o banco contratado pelo Estado do Rio de Janeiro para o pagamento aos seus fornecedores.

NOTA EXPLICATIVA:

Utilizar a segunda redação ("sendo efetuadas mensal, sucessiva e diretamente") em caso de fornecimento contínuo com prestações mensais idênticas.

6.5 Recebida a Nota Fiscal ou Fatura, o órgão competente deverá verificar:

a) a manutenção das condições de habilitação exigidas pelo instrumento convocatório;

b) se o CONTRATADO foi penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação, por consulta aos seguintes cadastros:

b.1) SICAF;

b.2) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

b.3) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

b.4) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

b.5) Lista de inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União; e

b.6) módulo Registro de Ocorrências do SIGA;

c) por consulta ao SICAF, eventuais ocorrências impeditivas indiretas, hipótese na qual o gestor deverá verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.8 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

c) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas do domicílio ou sede do CONTRATADO, na mesma forma exigida no Edital ou Aviso de Contratação Direta;

d) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

9.1.21.1 (...)

NOTA EXPLICATIVA:

O art. 25, §4º, da Lei nº 14.133/2021 estabelece a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade para fornecimento de grande vulto, no prazo de 6 (seis) meses contados da celebração do contrato. Atualmente, a Lei estadual nº 7.753/2017 estabelece a necessidade de Programa de Integridade a ser implantando no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da celebração do contrato.

Assim, recomenda-se que, na hipótese de fornecimento de grande vulto, o prazo de 180 (cento e oitenta) dias previsto no subitem 9.1.21.1 seja substituído por 6 (seis) meses, de modo a seguir o critério previsto no art. 25, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

XIII - mencionadas no art. 1º, incisos VIII, IX e X, alterando o item 3.1 da cláusula terceira e com o acréscimo do item 3.1.1, com a seguinte redação:

3.1 O modelo de gestão e a fiscalização, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento se submetem ao disposto no Termo de Referência anexo a este Contrato e no Decreto nº 48.817, 24 de novembro de 2023.

3.1.1 O regime de contratação/execução será de (art. 6º,, da Lei nº 14.133/2021).

XIV - mencionadas no art. 1º, incisos IX e XI, passando os dispositivos abaixo a vigorar com a seguinte redação:

6.5 Recebida a Nota Fiscal ou Fatura, o órgão competente deverá verificar:
a) a manutenção das condições de habilitação exigidas pelo instrumento convocatório;
b) se o CONTRATADO foi penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação, por consulta aos seguintes cadastros:
b.1) SICAF;
b.2) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis);
b.3) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
b.4) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep);
b.5) Lista de inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União; e
b.6) módulo Registro de Ocorrências do SIGA;
c) por consulta ao SICAF, eventuais ocorrências impeditivas indiretas, hipótese na qual o gestor deverá verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.X Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
c) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas do domicílio ou sede do CONTRATADO, na mesma forma exigida no Edital ou Aviso de Contratação Direta;
d) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

XV - mencionada no art. 1º, inciso X, passando os dispositivos abaixo a vigorar com a seguinte redação:

6.5 Recebidos os documentos mencionados no item 6.4, o órgão competente deverá verificar:
a) a manutenção das condições de habilitação exigidas pelo instrumento convocatório;
b) se o CONTRATADO foi penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação, por consulta aos seguintes cadastros:
b.1) SICAF;
b.2) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis);
b.3) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
b.4) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, man-

tido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep);
b.5) Lista de inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União; e
b.6) módulo Registro de Ocorrências do SIGA;
c) por consulta ao SICAF, eventuais ocorrências impeditivas indiretas, hipótese na qual o gestor deverá verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.1.1.1 Adotar as medidas cabíveis para assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas e demais obrigações contratuais pelo CONTRATADO sempre que identificar descumprimento, inclusive quando for identificado dessa circunstância por meio do recebimento de notificação formal enviada por trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou outro meio idôneo.

9.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
c) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas do domicílio ou sede do CONTRATADO, na mesma forma exigida no Edital ou Aviso de Contratação Direta;
d) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

9.1.35.1 (...) NOTA EXPLICATIVA:
O art. 25, §4º, da Lei nº 14.133/2021 estabelece a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade para serviços de grande vulto, no prazo de 6 (seis) meses contados da celebração do contrato. Atualmente, a Lei estadual nº 7.753/2017 estabelece a necessidade de Programa de Integridade a ser implantando no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da celebração do contrato. Assim, recomenda-se que, na hipótese de prestação de serviços de grande vulto, o prazo de 180 (cento e oitenta) dias previsto no subitem 9.1.35.1 seja substituído por 6 (seis) meses, de modo a seguir o critério previsto no art. 25, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

XVI - mencionada no art. 1º, inciso XI, passando os dispositivos abaixo a vigorar com a seguinte redação:

2.1 A vigência do Contrato é de (dias/meses/anos), contado da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

2.1.1 (...)

2.1.2 O prazo de execução do Contrato é de (.....) dias corridos, contados a partir da data estabelecida na Ordem de Início para início da execução do objeto.

NOTA EXPLICATIVA:
Cabe, neste ponto, uma explanação da diferenciação conceitual entre o prazo de vigência e o prazo de execução dos contratos. O prazo de vigência guarda relação com a existência e validade do ajuste, impondo, assim, obrigações para as partes signatárias. Já o prazo de execução diz respeito ao tempo de efetiva realização do objeto contratual, estando, portanto, contido no prazo de vigência. Em se tratando de contratação de obra pública, o prazo de vigência e o prazo de execução não se confundem, uma vez que a duração do contrato (prazo de vigência) deve ser calculada considerando o tempo para execução do objeto contratual, bem como para o adimplemento de obrigações acessórias, a exemplo dos procedimentos de medições, aceite e pagamento. Ordinariamente, a vigência de um contrato se inicia a partir de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas. Por outro lado, o prazo de execução poderá se iniciar

em data posterior, devidamente determinada no instrumento, como é o caso da cláusula segunda, que estabelece a contagem do prazo de início da execução contratual a partir da data de Ordem de Início das Obras.

3.2 O modelo de gestão e a fiscalização, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento se submetem ao disposto no Projeto Básico/Projeto Executivo/Termo de Referência e no cronograma físico-financeiro anexos a este Contrato, bem como no Decreto nº 48.817, 24 de novembro de 2023, e no artigo 16 do Decreto nº 48.929, de 25 de janeiro de 2024, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

3.9.4.2 (...) NOTAS EXPLICATIVAS:
(...) Caso haja item “Administração Local” no objeto contratual, deverão ser inseridos os seguintes itens:
3.9.4.4 Caso haja necessidade de aditivo de acréscimo ou supressão durante a execução contratual, o item “Administração Local” não poderá ultrapassar a mesma relação percentual entre o valor do referido item e o valor total contratado.
3.9.4.5 Para fins da medição dos serviços, o item “Administração Local” deverá ser medido/pago de acordo com a quantidade que expressar o percentual de serviços executados.

A jurisprudência do TCU, em prol de maior transparência, exige que os itens “administração local”, “mobilização/desmobilização” e “manutenção de canteiro” sejam considerados custos diretos, isto é, diretamente medidas e fiscalizadas quantitativamente.

9.1.53.1 (...) NOTA EXPLICATIVA:
O art. 25, §4º da Lei nº 14.133/2021 estabelece a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade para obras e serviços de grande vulto, no prazo de 6 (seis) meses contados da celebração do contrato. Atualmente, a Lei estadual nº 7.753/2017 estabelece a necessidade de Programa de Integridade a ser implantando no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da celebração do contrato. Assim, recomenda-se que, na hipótese de obras e serviços de grande vulto, o prazo de 180 (cento e oitenta) dias previsto no subitem 9.1.53.1 seja substituído por 6 (seis) meses, de modo a seguir o critério previsto no art. 25, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

12.2.2 Multa administrativa, prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração dos subitens 12.1.1 a 12.1.12, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, devendo ser observados os seguintes parâmetros:
a) multa de 0,5% a 1,5%, nos casos da infração prevista no subitem 12.1.1, incidente sobre o valor anual do Contrato;
b) multa de 0,5% a 15%, nos casos das infrações previstas nos subitens 12.1.2 a 12.1.7, incidente sobre o valor anual do Contrato;
c) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas nos subitens 12.1.8 a 12.1.12, incidente sobre o valor anual do Contrato;
12.2.2.1 (...) NOTA EXPLICATIVA:
A base de cálculo prevista nas alíneas a a c do item 12.2., pode ser alterada, de acordo com o caso concreto, estabelecendo como base de cálculo, ao invés do valor anual do Contrato, o valor da parcela não executada, ou o valor total do contrato, como critério de dosimetria. A multa administrativa não visa reparar os prejuízos causados à Administração, mas penalizar o contratado que descumprir as disposições do contrato, aí incluídas as hipóteses de emissão de nota de empenho.

Art. 3º - Eventuais dúvidas ou esclarecimentos em relação aos dispositivos constantes desta Portaria deverão ser formalmente encaminhados à esta Coordenadoria do Sistema Jurídico (PG-15), pelo órgão jurídico.

Art. 4º - A presente Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2025

DENIS M. M. MARTINS

Procurador-Chefe da Coordenadoria do Sistema Jurídico (PG-15)

Id: 2641466

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

DESPACHO DO PROCURADOR-GERAL
DE 15.04.2025

PROCESSO Nº SEI-14/001/000499/2019 - PROMOVE, em conformidade com a Lei Estadual nº 4.720, de 13 de março de 2006, alterada pela Lei Estadual nº 6.818, de 25 de junho de 2014, os servidores do Quadro Permanente de Pessoal de Apoio da Procuradoria Geral do Estado, de acordo com o constante da listagem anexa (93103764).

ID FUNCIONAL	NOME	CARGO EFETIVO	CLASSE/ PADRÃO ANTERIOR	CLASSE/ PADRÃO ATUAL	VALIDADE
43343031	ANA CAROLINA SERRALHEIRO LOPES GOMES RIBEIRO	ANALISTA PRO-CESSUAL	B/IV	C/I	04/01/2025
44248660	BARBARA BARROS CAMPOS MARQUES	ANALISTA PRO-CESSUAL	B/IV	C/I	04/01/2025
44279132	BRUNO VEIGA VOLGARI	TÉCNICO PROCES-SUAL	B/IV	C/I	04/01/2025
44294336	CAROLINA HERSZENHAUT FERNANDES PATRICIO	ANALISTA PRO-CESSUAL	B/IV	C/I	04/01/2025
50058177	CLAUDIO JOSE DE SOUZA RIBEIRO	ANALISTA CONTÁ-BIL	B/IV	C/I	04/01/2025
50074679	DANUBIA MELO DE ARAUJO VIDAL	ANALISTA PRO-CESSUAL	B/IV	C/I	04/01/2025
50081063	ERIKA DE MATOS PEREZ	ANALISTA PRO-CESSUAL	B/IV	C/I	04/01/2025
50093410	FERNANDO JOSE SEIXAS PEREIRA	ANALISTA DE PERÍCIAS E AVALIAÇÕES IMOBILIÁRIAS	B/IV	C/I	04/01/2025
44248679	ISMENIA BEATRIZ CORREA AVILA	TÉCNICO PROCES-SUAL	B/IV	C/I	04/01/2025
50090690	JOSE GUSTAVO MOURA CORREA	ANALISTA BIBLIOTECÁRIO	B/IV	C/I	04/01/2025
50074660	LEONARDO GOLD-FARB	TÉCNICO PROCES-SUAL	B/IV	C/I	04/01/2025

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

DESPACHO DO PROCURADOR-GERAL
DE 15.04.2025

PROCESSO Nº SEI-140001/016923/2025 - Ratifico a inexigibilidade de licitação com fulcro no art.74, inciso III, "f" da Lei nº 14.133/2021, em favor da American Conference Institute, que tem como objeto o evento denominado 13º Cúpula Brasil sobre Anti-corrupção, Integridade e ESG, no valor total estimado de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), nos termos da autorização do Assessor do CEJUR, autoridade ordenadora de despesa.

Id: 2641681

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE GESTÃO

DESPACHO DO SUBPROCURADOR-GERAL
DE 04/04/2025

PROCESSO Nº SEI-140001/003906/2022 - FILIPE BEZERRA DE MEZEZ PICANÇO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 50156667, correspondente ao período de 01/03/2025 a 31/03/2025 (31 dias).

Louvido nas informações prestadas pelo chefe imediato, **AUTORIZO**.

Id: 2641214

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE GESTÃO

DESPACHOS DO PROCURADOR-ASSISTENTE
DE 01/04/2025

PROCESSO Nº SEI-140001/001721/2022 - DENIS MOREIRA MONASSA MARTINS, Procurador do Estado, ID Funcional n.º 42717710, correspondente ao período de 17/03/2025 a 31/03/2025 (15 dias).

PROCESSO Nº SEI-140001/003225/2022 - NATHALIE CARVALHO GIORDANO MACEDO, Procuradora do Estado, ID Funcional n.º 43348220, correspondente ao período de 05/03/2025 a 15/03/2025 (11 dias).

50074636	MILENE MEIRELLES	ANALISTA PRO-CESSUAL	B/IV	C/I	04/01/2025
44249896	RACHEL CAMPOS PEREIRA KNEIP BUISSA	TÉCNICO PROCES-SUAL	B/IV	C/I	04/01/2025
43616623	SHEILA SALGADO DE MORAIS JASMIM	TÉCNICO PROCES-SUAL	B/IV	C/I	04/01/2025
44280122	STEPHANIE OLIVEIRA DA SILVA	ANALISTA BIBLIOTECÁRIO	B/IV	C/I	04/01/2025
50084607	TATIANA FERREIRA DA SILVA	ANALISTA PRO-CESSUAL	B/IV	C/I	04/01/2025
50062220	THEREZA CRISTINA SILVA COSTA	ANALISTA PRO-CESSUAL	B/IV	C/I	04/01/2025
44092970	VINICIUS BATISTA RODRIGUES CARNEIRO	ANALISTA PRO-CESSUAL	B/IV	C/I	04/01/2025
43593879	VIVIANE AMARAL COSTA BARROS	ANALISTA CONTÁ-BIL	B/IV	C/I	26/12/2024

Id: 2641720

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

DESPACHO DO PROCURADOR-GERAL
DE 15.04.2025

PROCESSO Nº SEI-14/001/000499/2019 - PROGRIDE, em conformidade com a Lei Estadual nº 4.720, de 13 de março de 2006, alterada pela Lei Estadual nº 6.818, de 25 de junho de 2014, os servidores do Quadro Permanente de Pessoal de Apoio da Procuradoria Geral do Estado, de acordo com o constante da listagem anexa (93105363).

ID FUNCIONAL	NOME	CARGO EFETIVO	CLASSE/ PADRÃO ANTERIOR	CLASSE/ PADRÃO ATUAL	VALIDADE
99991993	THIAGO MONTOSO MENDONCA	ANALISTA DE SISTEMAS E MÉTODOS	A/I	A/II	30/09/2024
99992094	LAIS RAUPP FARAH SABB	ANALISTA PROCES-SUAL	A/I	A/II	08/12/2024
99992116	THAMIRIS CASSIMIRO DE OLIVEIRA SANTOS	TÉCNICO PROCES-SUAL	A/I	A/II	25/01/2025

Id: 2641727

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.

Assinado digitalmente em Quinta-feira, 17 de Abril de 2025 às 03:56:54 -0300.